

Apresentação

Este e o próximo número da revista n^{os} 13 e 14 pretendem suscitar o debate sobre o paradoxo em nossa sociedade. Vivemos um período em que temos todas as evidências da existência de exacerbada crise social em nossas grandes metrópoles, cujo lado mais dramático é o crescimento da violência; mas, ao mesmo tempo, estamos imobilizados em nossa capacidade de construir instituições capazes de dotar a sociedade de condições de governar este território e a sua população.

A metropolização da questão social brasileira está expressa no fato de que, em seu âmbito, em seu interior, vivemos da maneira mais aguda os efeitos e desafios decorrentes da crescente dissociação que nos ameaça como nação, ou seja, a disjunção entre território, economia e sociedade. A nossa integração submissa à *financeirização globalizada*, em curso no mundo desde o final dos anos 70 e promovida por 12 anos de governos das elites econômicas convertidas aos dogmas do liberalismo e aliadas às clássicas elites patrimonialistas, coloca-nos hoje ante o desafio de contornar os perigos de sermos uma *nação interrompida*, como dizia Celso Furtado no livro *Brasil: construção interrompida*.

Tornar nossas metrópoles governáveis é construir um projeto de futuro capaz de responder aos simultâneos imperativos do crescimento nestes tempos de financeirização globalizada e da coesão nacional. É a política visando à construção das bases do controle da nossa historicidade.

CADERNOS METRÓPOLE, N. 13, pp. 7-10, 1^a sem. 2005

Esse desafio está à altura, portanto, da sua importância histórica. Enfrentá-lo significa tratar dos históricos problemas metropolitanos decorrentes da vigência dos mecanismos da espoliação urbana pelos quais se articulavam as desigualdades de renda e poder com o território da metrópole – e dos que hoje decorrem da articulação das antigas segmentações sociais com a segregação.

No quadro da nossa formação socioeconômica, as nossas metrópoles – com os seus problemas e suas desigualdades – resultaram de três forças: o mercado, através de um *laissez-faire* urbano; da política urbana, estruturada pelo binômio patrimonialismo/clientelismo, por meio da qual a cidade foi objeto de uma aliança entre as forças da acumulação urbana local e as forças do nosso capitalismo industrial associado; e a “comunidade”, que se ocupou em responder às necessidades de reprodução social que não coincidiam com os interesses da aliança por meio do auto-abastecimento. Essas são as raízes das nossas desigualdades e do modelo de espaço social vigente em nossas metrópoles.

Mas o desafio decorre também da necessidade de compreender a questão metropolitana no quadro das importantes transformações econômicas, sociais e culturais que atravessamos nos últimos anos. Temos algumas evidências que nos autorizam supor a existência da *metamorfose da questão social-urbana brasileira*.¹ Compreender essa *metamorfose* implica entender que hoje – mais que no passado – o território metropolitano não apenas expressa as históricas desigualdades sociais que marcam a nossa condição de “civilização capitalista” na periferia da economia-mundo – no sentido preciso emprestado a essas idéias por Wallerstein –, mas nele estão se constituindo mecanismos de reprodução dessas desigualdades sociais. No centro dessa *metamorfose*, encontramos a articulação das tendências ao isolamento socioterritorial dos segmentos sociais mais fragilizados na relação com o novo mercado de trabalho pobre, tendo como contraface o auto-isolamento dos ricos. Na organização social do

¹ Utilizamos aqui a idéia de *metamorfose* empregada por Robert Castel em sua narrativa sobre o processo histórico de construção da questão social na França. O método de investigação que procura identificar a dialética do mesmo e do diferente.

território das metrópoles, encontramos vários mecanismos que articulam as antigas modalidades de segmentação social com as decorrentes da combinação dos efeitos polarizadores e dualizadores próprios da nova relação entre acumulação e território, gerada pela hiper mobilidade do capital financeirizado, mas, ao mesmo tempo, combinados aos efeitos de mudanças na nossa matriz sociocultural, em curso na sociedade brasileira há pelo menos 40 anos.

Aprofundando a hipótese. Essa mudança ocorre num quadro de transformações marcado, simultaneamente, por movimentos de regressão (por exemplo, no mercado de trabalho e na sua capacidade integradora), mas também por movimentos de mudança da matriz sociocultural brasileira. Nessa mudança, observam-se a afirmação e a difusão dos valores igualitários, sobretudo por meio da expansão de uma cultura ao mesmo tempo meritocrática e democrática (participação) realizada pela universalização da escola, pelas lutas sociais no campo e na cidade, de uma cultura de direitos e pela expansão de uma sociedade de consumo. Tal movimento faz regredir as bases de legitimidade do pólo hierárquico da nossa matriz sociocultural que sustenta, em nossa sociedade, as diversas formas pelas quais as desigualdades sociais são justificadas pelas desigualdades de origem, em razão da naturalização das desigualdades dos sujeitos. Como resultado, aumentam na sociedade, mas, sobretudo, nas metrópoles brasileiras, as expectativas de uma democracia de oportunidades.

A metropolização da questão social é, portanto, caracterizada por uma *díade contraditória* entre o movimento de segregação voluntária e compulsória – reforçando antigas formas e o surgimento de novas – e seu impacto na reprodução das desigualdades, enquanto que no plano da matriz sociocultural se observam sinais de *des-segregação*. Aumenta a demanda e a expectativa de integração, igualdade e homogeneização sociocultural, enquanto o território isola, separa e diferencia. Muitos segmentos sociais – especialmente os jovens pobres – vivem, experimentam relações fortemente marcadas pela *incongruência de status*: a escola, o mercado, a política, entre outras instituições, difundem os valores igualitários, enquanto que o local de moradia remete-os à vivência de desonra social, do sentimento de vergonha, fato que deve ser escondido não apenas para a coerência entre o vivido e o sentido, mas também para adotar um comporta-

mento de adaptação (por exemplo, para procurar emprego). Para os segmentos ricos, o local de moradia é buscado como instrumento de manutenção dos símbolos da posição estatutária da ordem hierárquica.

A compreensão dessa *metamorfose* parece-nos fundamental para talvez repensarmos a nossa *teoria urbana*. Re-pensarmos as novas condições em que se manifesta hoje a *conflitualidade urbana*. Repensarmos também os modelos de política pública urbana.

É nessa perspectiva teórica que organizamos estes números dos *Cadernos MetrÓpole*.

Lucia Maria Machado Bógus
Luiz César de Queiroz Ribeiro